

PREÇOS MÍNIMOS PARA O ANO AGRÍCOLA 1964/65

DIVISÃO DE ECONOMIA RURAL

I — CONSIDERAÇÕES GERAIS

Embora fato conhecido, importa consignar aqui, que 1963/64 foi um dos mais desastrosos anos agrícolas de que se tem notícia em São Paulo. A causa principal disto, residiu indubitavelmente na prolongada e rude estiagem de 1963, a qual, salvo breves e localizadas interrupções, adentrou 1964, atingindo período dos mais críticos para o desenvolvimento vegetativo de diversas culturas. Mas, não foi só. A seca e em parte por sua influência, juntaram-se ataques inusitadamente pesados de pragas em alguns cultivos, mórmente os de milho e arroz. Também o fogo não se omitiu à habitual vinculação com a seca e foram muitas as propriedades que sentiram os efeitos deste terrível flagelo. Para remate assinala-se que geadas e das mais fortes marcaram a sua presença em 1963, baixando funestamente sôbre cafêzais, laranjais, canaviais e outras importantes explorações, além das pastagens.

Não se dispõe ainda de dados quantitativos finais que permi-

tam não só medir os efeitos de cada uma dessas causas, como de algumas resultantes de quase impossível estimação como sejam, a necessidade de sucessivos replantios, o maior número de operações no combate às pragas, as más condições de granação e maturação dos frutos etc.. Entretanto, a julgar-se por alguns dados já disponíveis e que em boa medida refletem êsses efeitos, pode-se afirmar que as conseqüências foram bastante sérias. Assim é que seria preciso remontar a 1893 para encontrar-se uma colheita de café de volume equivalente ao esperado neste ano. Certo que nem tudo pode ser atribuído àqueles percalços, pois além de ser período de safra menor pela tendência cíclica da produção, é fato notório que a cafeicultura de São Paulo atravessa fase de acentuado e rápido declínio. Mas não pode subsistir dúvidas de terem sido aqueles fatores os principais responsáveis por êste imenso fracasso da colheita. A safra de milho será inferior à do ano

precedente em cêrca de 50%. Esta exploração, que vinha acusando, notáveis progressos técnicos irá registrar o mais baixo rendimento dos últimos 8 anos, tendo ainda sua produção encarecida pelas numerosas replantas que se tornaram necessárias. O amendoim, com uma superfície de plantio maior em cêrca de 7% que a do ano precedente, irá registrar um volume de produção 20% menor, com o mais baixo rendimento dos últimos 11 anos. O arroz deverá acusar um volume de produção que é recorde em São Paulo, mas à custa duma superfície de plantio também até aqui inatingida e com o seu custo de produção bastante elevado pelos sucessivos plantios a que foi submetido. Quanto ao algodão, as condições em que esteve esta lavoura durante certa fase do seu ciclo vegetativo foram de molde a causar sérias apreensões quanto a um possível desastre na produção. Entretanto, com as chuvas de fevereiro e abril, os característicos de resistência à sêca da planta, fizeram-se valer e as culturas mostraram notável reação. Graças a essa surpreendente recuperação, o rendimento por unidade de área deverá ser o maior até aqui registrado em São Paulo. Outras e importantes culturas como o feijão, batata, mandioca, cana, laranja, acusam quedas, em alguns casos substanciais, quer no volume das colheitas quer no rendimento e quase sempre em ambos. A cultura da laranja sofreu também atraso na maturação dos frutos, disso resultando a perda de aproximadamente um mês no período de exporta-

ção. Quebras em volume ou em rendimento também ocorreram com as explorações menores como o tomate, soja, trigo (perda total), mamona, cebola e uva. Na realidade, são exceções os cultivos que apresentam resultados satisfatórios, parecendo ser apenas o algodão o caso a ser citado. Os reflexos dêstes acontecimentos na renda da agricultura não podem ainda ser medidos, pois as estatísticas de preços disponíveis referem-se apenas a alguns meses do período. Todavia, uma avaliação preliminar, relativa aos 7 mais importantes produtos vegetais (café, arroz, amendoim, milho, algodão, cana e feijão) indica para o conjunto dos mesmos uma queda na renda bruta de aproximadamente 25% ou, uma perda de quase 160 bilhões de de cruzeiros aos valores atuais.

Se a êsses percalços ocasionais e inerentes mesmo à atividade agrícola, somarmos as dificuldades que a vem assoberbando como sejam: — os obstáculos a enfrentar na obtenção de financiamentos, os entraves à comercialização dos seus produtos, a insuficiência de recursos para investimentos em máquinas, adubos e outros agentes de produção, os corrosivos efeitos da inflação forçando, inclusive, uma descapitalização crescente dêsse setor, as perturbações provenientes da adaptação à legislação trabalhista, as agitações provocadas pela questão da reforma agrária e muitos outros problemas, não será difícil concluir ser bastante difícil a situação com que presentemente se defronta a agricultura paulista.

Esse quadro duma agricultura com reduzidas rendas, enfrentando desventuras de toda sorte e que está a exigir urgentes e efetivas medidas de amparo, deve condicionar as diretrizes fundamentais no estabelecimento dos preços mínimos de garantia, pois nesta providência repousa um dos meios mais eficazes com que o Governo conta para apoiar êste setor básico de atividades. A tônica que deve presidir a política dos preços mínimos para o próximo ano, seria portanto aquela de empregar êste instrumento como elemento decisivo de apoio à agricultura, robustecendo-a e auxiliando-a a refazer-se das grandes perdas sofridas. Cumpre, de resto, dizer que o nível relativamente adiantado a que apesar de tudo já atingiu a agricultura de São Paulo e o amparo que lhe é emprestado

no fornecimento de mudas e sementes selecionadas, assistência técnica, defesa contra pragas e doenças, serviços mecanizados e muitos outros setores, não só exigem medidas outras de apoio, dentre as quais, a garantia de preços mínimos é das mais relevantes, como capacitam-na a poder responder em grau razoável dos benefícios desta providência.

Cumpra ainda ressaltar que o sistema de preços mínimos tem outras implicações que não apenas as previstas em suas finalidades básicas. Cabe lembrar a êsse respeito a utilização de seus níveis como base para cálculo dos montantes de financiamento dos custeios agrícolas efetuados pelo Banco do Brasil e cuja influência para manutenção das atividades agrícolas é notória.

II — OBJETIVOS E CRITÉRIOS

Dentro da linha geral que vem de ser exposta deve a política de preços mínimos para o próximo ano, entre outros, visar os seguintes objetivos: —

- a) a obtenção de colheitas que assegurem condições normais para o abastecimento alimentar, quer pelo estímulo ao plantio de certas culturas como pela manutenção em níveis razoáveis de outras, propiciando, inclusive, condições para a formação de estoques reguladores;
- b) o aumento das colheitas de produtos de fácil colocação no exterior, não só visando carrear mais di-

visas ao País, como aumentar os ingressos em dinheiro para o setor agrícola;

- c) garantir níveis de renda que propiciem condições de recuperação da agricultura, permitindo-lhe retomar ritmo de desenvolvimento que lhe assegure crescentes progressos.

Entende-se que o preenchimento desses objetivos que se confundem em muitos pontos de sua atuação, poderá ser conseguido, no que diz respeito aos preços mínimos, utilizando-se critério já sugerido em anos anteriores, ou seja, o de procurar

garantir para os produtos agrícolas preços que reflitam as modificações ocorridas com o valor da nossa moeda, efetuadas as adaptações requeridas pelos casos particulares de cada produto. Sugere-se êsse critério, em vista de não se dispôr ainda de dados mais objetivos referentes às curvas de oferta e de demanda, com as quais se poderia determinar com mais aproximação os preços necessários para atingir determinados objetivos. Assim, na ausência desses elementos, pode-se utilizar dados relativos à "projeção" dos preços agrícolas constatados em um período básico (escolhido como sendo o quinquênio de 1948/52), de acôrdo com a evolução do valor de nossa moeda (medida pelo índice "2" da Fundação Getúlio Vargas) e compará-la com o preço médio recebido pelos lavradores (preços verificados) que são apurados mensal e anualmente pela Divisão de Economia Rural da Secretaria da Agricultura. O quinquênio de 1948/52 foi escolhido como básico, por terem então prevalecido condições de preços mais normais que nos demais anos analisados. Êsses dados são apresentados no Quadro I e nos Gráficos específicos para cada produto. De um modo geral e principalmente no caso de produtos de consumo interno, observa-se que os preços "verificados" tem flutuado em tórno dos preços "projetados", indicando que mudanças ocorridas nas suas curvas de demanda de-

vem ter sido compensadas por alterações nas condições de produção. Dêsse modo, a fixação de novos preços mínimos seria baseada nos preços "projetados" para meados de 1965, introduzindo-se correções em função de características peculiares à situação de cada produto e que serão analisados separadamente. Neste ano, além de objeções normais que se pode levantar contra êsse critério, haveria aquela da existência de planos econômico-financeiros de âmbito nacional procurando disciplinar e moderar o ritmo inflacionário por que atravessa o País. No entanto, cumpre notar que a projeção adotada de 1964 para 65 consigna uma menor taxa de incremento inflacionário (40%),^(*) nível êsse que tem sido largamente ultrapassado nos últimos tempos. No presente trabalho adotar-se-á essa taxa, muito embora se deva registrar que procedimento semelhante adotados em anos anteriores tenham conduzido a resultados sempre superados por uma inflação mais acelerada.

Quanto aos aperfeiçoamentos que está a exigir a lei que disciplina os preços mínimos de garantia, cumpre insistir sôbre a influência atribuída ao dispositivo que permite, por ocasião da colheita, reajustes nas bases iniciais de preços. Isso, porque entre responsáveis por essa política de preços, tem havido os que atribuem a essa faculdade de reajuste, um efeito de esti-

(*) De acôrdo com declarações do Diretor-Executivo da SUMOC, em meados de julho, sôbre as perspectivas do desenvolvimento inflacionário, pode-se estimar em 40% a taxa de inflação nos próximos 12 meses

mulo às decisões do agricultor por ocasião do plantio, partindo da premissa de que o mesmo, nesta ocasião, já prevê aquele reajuste. Tal raciocínio leva obviamente à tendência de fixar inicialmente bases de preços inferiores àquelas que o objetivo de estimular a superfície de plantio estaria a indicar. Por diversas razões entretanto, já reforçadas de resto com exemplos do passado, este raciocínio mostra-se falso. Assim, pode-se citar as seguintes: —

a) Os preços de mercado por ocasião do plantio e em escala bem menor, as bases iniciais de garantia de preços, são os fatores decisivos que neste aspecto, tem conduzido as decisões do agricultor;

b) o reajuste não é obrigatório e sim uma faculdade a que se reserva o órgão responsável pela política dos preços mínimos. Dessa forma, os poucos lavradores que disso tem ciência e que portanto são os mais avisados, tendem

por elementar prudência, a excluir das suas decisões um fato aleatório;

c) os reajustes são feitos especialmente após comprovados os aumentos de custos e portanto, ao menos em espírito, para cobrir despesas extras, não podendo assim adquirir ação de estímulo, senão em grau ínfimo;

d) na prática, a decisão sobre tais reajustes é demorada e quando feita, boa parcela da produção já se encontra comprometida com os intermediários, não beneficiando o produtor.

Estas considerações, particularmente nos casos em que se deva contemplar estímulos ao aumento das áreas de plantio, devem por conseguinte merecer a devida atenção por parte do órgão responsável quando da fixação dos preços mínimos de garantia.

Passamos em seguida, a uma breve análise da situação individual de cada produto.

III — ANÁLISE INDIVIDUAL DOS PRODUTOS

ALGODÃO

Panorama internacional — Apesar da colheita mundial de 1963/64 ter sido maior que qualquer outra até hoje conhecida e também da crescente concorrência das fibras artificiais, o período comercial que deverá findar-se a 31 de julho próximo, pode ser considerado favorável à economia algodoeira. Assim é que o comércio internacional, com uma exportação estimada

em 17 milhões de fardos, quase igualará o recorde assinalado em 1959/60 (17,3 milhões) e os preços podem ser considerados como relativamente estáveis, embora algo deprimidos nos primeiros meses da estação. Dentre as causas que contribuíram para essa situação relativamente desafogada, destacam-se: —

QUADRO 1

Preços Projetados⁽¹⁾ e Verificados⁽²⁾ de Produtos Agrícolas em São Paulo

Anos	ARROZ EM CASCA		MILHO		FEIJÃO		AMENDOIM EM CASCA		ALGODÃO EM CAROÇO	
	Cr\$ por saca de 60 kg		Cr\$ por saca de 60 kg		Cr\$ por saca de 60 kg		Cr\$ por saca de 25 kg		Cr\$ por 15 kg	
	Projet.	Verific.	Projet.	Verific.	Projet.	Verific.	Projet.	Verific.	Projet.	Verific.
1948	118	145	64	75	127	214	46	51	62	62
1949	126	168	69	78	137	108	49	49	67	62
1950	141	111	79	57	153	117	55	60	75	69
1951	165	104	82	77	178	149	64	62	87	113
1952	184	205	100	112	199	205	71	61	98	85
1953	212	384	115	134	229	340	82	84	113	79
1954	267	379	145	110	289	215	104	113	142	106
1955	313	371	170	212	339	546	121	96	166	136
1956	373	499	203	225	404	703	145	142	199	147
1957	426	569	231	223	461	639	165	200	227	177
1958	484	707	262	274	523	447	187	161	257	194
1959	667	770	362	408	722	1 570	259	219	355	251
1960	860	845	467	361	930	1 840	333	436	457	390
1961	1 180	1 030	641	720	1 280	1 510	458	519	628	588
1962	1 790	2 910	972	995	1 940	5 190	694	642	952	744
1963	3 090	5 270	1 680	1 190	3 350	5 620	1 200	1 055	1 650	1 200
1964	5 590	6 700(*)	3 030	2 440(*)	6 040	6 250(*)	2 170	3 560(*)	2 970	2 500 *
1965	7 830	...	4 240	...	8 450	...	3 040	...	4 160	...

FONTE: Divisão de Economia Rural.

(1) Projetados de acordo com a elevação dos preços em geral medida pelo índice "2" da Fundação Getúlio Vargas e relação ao preço médio obtido no quinquênio de 1948/52. Entre 1964 e 65 adotou-se uma taxa de incremento de 40%.

(2) Verificados: Preços médios anuais recebidos pelos lavradores do Estado de São Paulo.

(*) Dados preliminares: Arroz, Milho e Algodão: média de março a maio; Feijão e Amendoim: média de janeiro a maio.

- a) Aumento, embora ligeiro, do consumo em alguns importantes países consumidores como a Inglaterra, França, Japão e Bélgica, constituindo principais exceções a Alemanha Ocidental e Itália em que foram assinalados pequenos declínios na demanda;
- b) aumentos, até certo ponto inesperados, das importações por parte dos países da "Cortina de Ferro", notadamente a China e a Rússia;
- c) os baixos estoques existentes nos países nitidamente importadores, os quais, nas duas temporadas precedentes adquiriram volumes inferiores às necessidades de consumo;
- d) pequeno aumento do consumo nos EE.UU. e mais acentuado na Índia.

Para a temporada vindoura, isto é, 1964/65, devido ainda à inexistência de dados que possibilitem uma perspectiva melhor da situação, o que se pode dizer é o seguinte: —

- a) A tendência para a recuperação do consumo, nos países industriais e considerada em grande parte cíclica, deverá ainda prosseguir, embora talvez a ritmo mais lento em alguns deles;
- b) Os EE.UU. deverão contar em 1.º de agosto próximo, com um "carry-over" de cerca de 13 milhões de fardos, quase dois milhões a mais que em igual data do ano passado e apenas superado pelos 14,5 milhões de

1956;

- c) Não há indícios de mudança substancial na política norte-americana sobre os preços do produto.

Em resumo, as perspectivas ainda preliminares, apontam para uma situação semelhante à do período prestes a findar-se, embora mais tensa e conseqüentemente com maiores riscos de depressão nos preços.

Situação interna — Nos dois últimos anos, o crescimento da produção algodoeira que vem sendo observado no Nordeste do País tem sido em grande parte anulado pela redução das colheitas do Sul. Isto, não obstante a incorporação de novas áreas para a produção do algodão como ocorre no Paraná e Sul de Mato Grosso. No que diz respeito a São Paulo, área a que se deve ater, tanto quanto possível, as presentes considerações, convém desde logo assinalar que o movimento de recuperação do volume de produção que se tinha iniciado em 1959, passou a declinar nos dois últimos anos. Com efeito, a superfície de plantio que em 1962/63 acusara uma contração de aproximadamente 11% em relação ao ano anterior, voltou a reduzir-se em cerca de 16% em 1963/64 relativamente a 62/63. Em realidade, chegou-se a uma área de plantio muito reduzida, pois se houver um ano muito adverso, o volume de produção poderá ficar próximo ou mesmo aquém das necessidades do consumo. O que tem assegurado um volume de produção que embora pequeno, satisfaz à demanda interna e ainda fornece certo contingente para a exportação,

é a notável melhoria de rendimento que vem sendo alcançada, mercê da introdução de sementes mais produtivas, dos progressos técnicos nos métodos de cultivo e da própria contração da área de plantio. Outras e importantes razões podem ser aduzidas em favor da premente necessidade em que se encontra São Paulo de, mantendo a produtividade, expandir a sua superfície de plantio com algodão. Dentre elas, pode-se citar: —

- a) Urge que o declínio do café seja, ao menos em parte, compensado por um produto de amplo mercado, capaz de fornecer boa renda em dinheiro à agricultura, ser fonte de divisas, movimentar a rede bancária, a de transportes e armazenagem, auxiliar as atividades industriais e constituir, enfim, uma riqueza que seja valioso sustentáculo ao desenvolvimento econômico do Estado;
- b) A necessidade em que se encontra o País de aumentar suas exportações, não tem, no setor agrícola e em curto período, melhores possibilidades que no algodão. Não obstante as perspectivas não muito animadoras da situação internacional do produto, não haveria dificuldade de monta para o País colocar nos mercados externos, volume superior a 250 mil toneladas de algodão. Isto já foi feito muitas vezes. Doutro lado, o Sul do País é, indubitavelmente, a re-

gião que melhor se presta ou a única que permite uma rápida expansão desta produção. Com efeito, cultivando o algodão de ciclo anual e dispondo de recursos, em assistência técnica, rede de transportes, sistema bancário, além de outros elementos duma infra-estrutura econômica relativamente desenvolvida, esta região pode, dum ano para o outro, expandir consideravelmente os atuais níveis de produção algodoeira. De resto, São Paulo já produziu há cerca de 20 anos atrás, o dôbro e até o triplo do que hoje obtém. Não havendo em outras regiões do País as mesmas facilidades para aumentos consideráveis em curto lapso de tempo, os maiores esforços devem naturalmente ser orientados nesse sentido, notadamente para São Paulo.

A obtenção para o próximo plantio duma área de 670 000 hectares (aproximadamente .. 280 000 alqueires) parece atender, dentro das possibilidades imediatas de expansão, aos objetivos que vêm de ser expostos. Tal área embora 32% maior que a precedente não seria exagerada, pois ainda ficaria em 10% inferior à superfície média plantada no quinquênio 1953/57 e chegaria a pouco mais de 60% daquela verificada no período 1948/52.

Com a área acima indicada e com os rendimentos ultimamente obtidos é razoável esperar-se uma produção em tórno de . . . 250 000 toneladas em pluma, vo-

lume êste que daria para atender o consumo interno e para possibilitar a exportação de 120 toneladas, fornecendo aos preços vigentes, mais de 60 milhões de dólares em divisas. Isso, sem considerar o algodão produzido nos Estados vizinhos. Um dos maiores incentivos à consecução dêsse alvo reside na garantia de preços mínimos em bases que propiciem renda competitiva com outras culturas. Dispensa maiores considerações o revelar a influência que os preços mínimos exercem na economia algodoeira de São Paulo. Entre as causas do declínio verificado nos últimos 2 anos estariam certamente os níveis insatisfatórios de preços mínimos então estabelecidos. Cumpre ainda salientar que a vinculação dos

preços mínimos aos preços internacionais do produto, embora deva ser levada em conta, não deve em princípio, merecer a ascendência que tem tido. Com a participação cada vez maior do consumo interno no volume produzido e com a política de subsídios à exportação algodoeira por parte dos EE.UU., há circunstâncias em que outros fatores deverão ser ponderados e eventualmente predominar, como entendemos situar-se a atual conjuntura de nossa economia algodoeira.

A tendência dos preços futuros a que anteriormente se fêz referência, conduz a um nível de Cr\$ 4 160,00 para a arrôba de algodão em caroço, para o próximo ano, no interior do Estado. Deduzindo-se 10% para

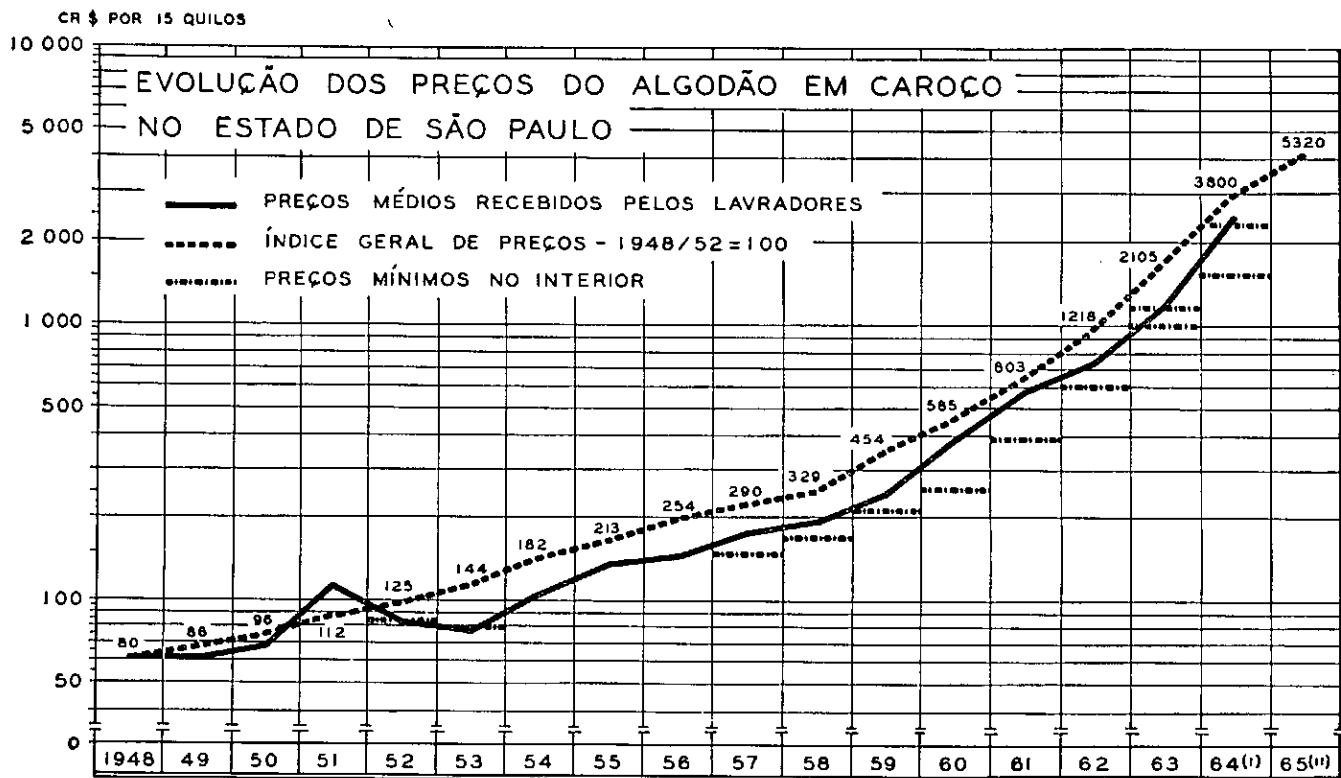
Algodão em São Paulo

Média quinquênio e anos	Área plantada 1 000 ha	Produção 1 000 arrôbas em caroço	Rendi- mento agrícola kg/ha	Preços médios re- cebidos pelos lavradores Preços correntes Cr\$/15 kg Índices	Índice geral de preços no Brasil ⁽¹⁾
Medias - 1948/52	1 094	40 930	557	78	100
1953/57	729	36 706	769	129	217
1958/62	528	35 433	1 004	433	678
Anos - 1959	484	33 495	1 038	251	321
1960	498	35 197	1 059	390	499
1961	569	34 675	914	588	752
1962	678	47 514	1 052	744	951
1963	605	39 829	987	1 200	1 534
1964	508	38 000	1 122	2 500 ⁽²⁾	3 205

FONTE: Divisão de Economia Rural.

(1) Baseado no Índice "2" da Fundação Getúlio Vargas.

(2) Estimativas.



(1) PRELIMINAR
(11) ESTIMATIVA

ESCALA SEMI-LOGARÍTMICA

DIVISÃO DE ECONOMIA RURAL - SECRETARIA DA AGRICULTURA

atender à diferença entre a média do interior e o ponto mais distante, chega-se, em números redondos, ao preço de Cr\$. . . 3 700,00 por 15 quilos de algodão em caroço, do tipo "5" (regular) posto em Mirante do Pa-

ranapanema. Considera-se que esta base de preços poderá atender os propósitos estabelecidos, bem como permitir a exportação desde que se admita uma evolução semelhante para a taxa cambial.

A R R O Z

Foi cultura bastante afetada pela seca e pela incidência de pragas no ano agrícola de 1963/64. O volume produzido, o maior até hoje obtido em São Paulo deveu-se em sua maior parte às seguintes causas: —

- a) Grande aumento na área de plantio (cêrca de 45% a mais que em 62/63);
- b) uso generalizado das sementes de variedades de ciclo vegetativo mais curto;
- c) Sucessivos replantios levados a efeito pelos rizi-cultores.

Este último fator deve, obviamente, ter concorrido para a elevação nos custos de produção dêste cereal. Os riscos que esta cultura apresenta quando explorada sob o regime de "sequeiro" como o é, em quase todo o Estado, restringem as justificativas em favor de um amplo programa de expansão da superfície de plantio. Aliás, uma retração na área cultivada tende a provocar uma concentração no aproveitamento das terras mais adequadas, como áreas irrigáveis, vales e vargens úmidas, zonas mais favoráveis à produção em "sequeiro" (regiões próximas ao Rio Grande), maior seleção dos produtores, maior interesse pela irrigação e enfim outras conseqüências

que contribuirão para o acréscimo na produtividade e o conseqüente reforço da economia desta atividade.

Tendo em conta principalmente estas razões, considera-se que seria de interesse para o próximo ano, uma área de plantio que girasse em tórno de 650 000 hectares. Embora bem menor que o plantio de 63/64, a área acima é superior à média do triênio 61/63 (638 000 hectares) e deverá permitir, com os baixos rendimentos ainda obtidos, uma produção de 13 milhões de sacas em casca. Esta quantidade, seria inferior em cêrca de 4 a 5 milhões de sacas, às necessidades do atual consumo. A diferença deverá ser coberta, como normal e tradicionalmente ocorre, com a produção de outros Estados. Não se pode ver maiores inconvenientes nisto, pois não há razões para que cada unidade da Federação procure ser auto-suficiente em tudo.

Em suma, as bases dos preços mínimos para o arroz, devem situar-se em limites normais, assegurando a manutenção da cultura em têrmos razoáveis e habituais no Estado. Nesta época é muito difícil prevêr as decisões dos agricultores com relação às atividades para o próximo plantio. Todavia, tendo

Arroz em São Paulo

Média quinquênios e anos	Área plantada 1 000 ha	Produção 1 000 sa- cas 60 kg em casca	Rendi- mento agrícola kg/ha	Preços médios re- cebidos pelos lavradores Preços correntes Cr\$/saca 60 kg	Índice geral de preços no Brasil(1)	Índice
				Índices		
Medias - 1948/52	495	11 759	1 425	147	100	100
1953/57	542	9 205	1 026	440	299	217
1958/62	573	10 840	1 132	1 252	852	678
Anos - 1959	595	10 800	1 089	770	524	454
1960	573	11 000	1 152	845	575	585
1961	644	13 200	1 230	1 030	701	803
1962	508	10 200	1 204	2 910	1 980	1 218
1963	762	12 000	945	5 270	3 585	2 105
1964	1 108	15 000	812	6 700(2)	4 558	3 800.2)

FONTE: Divisão de Economia Rural.

(1) Baseado no índice "2" da Fundação Getúlio Vargas.

(2) Estimativas.

em conta os baixos rendimentos obtidos neste ano, quer na produção propriamente dita, quer no benefício do produto, parece reinar certo desânimo entre os orizicultores.

Dessa forma, a consecução dos objetivos acima mencionados parece poder ser atendida com a fixação dos preços mini-

mos no nível indicado pela tendência dos preços. Disto resultaria uma base para o preço mínimo de Cr\$ 7 800,00 por 60 quilos de arroz em casca, grãos médios, dos tipos "1" e "2", posto no interior do Estado. Na Capital, tais bases corresponderiam a cerca de Cr\$ 9 600,00 para idêntico produto.

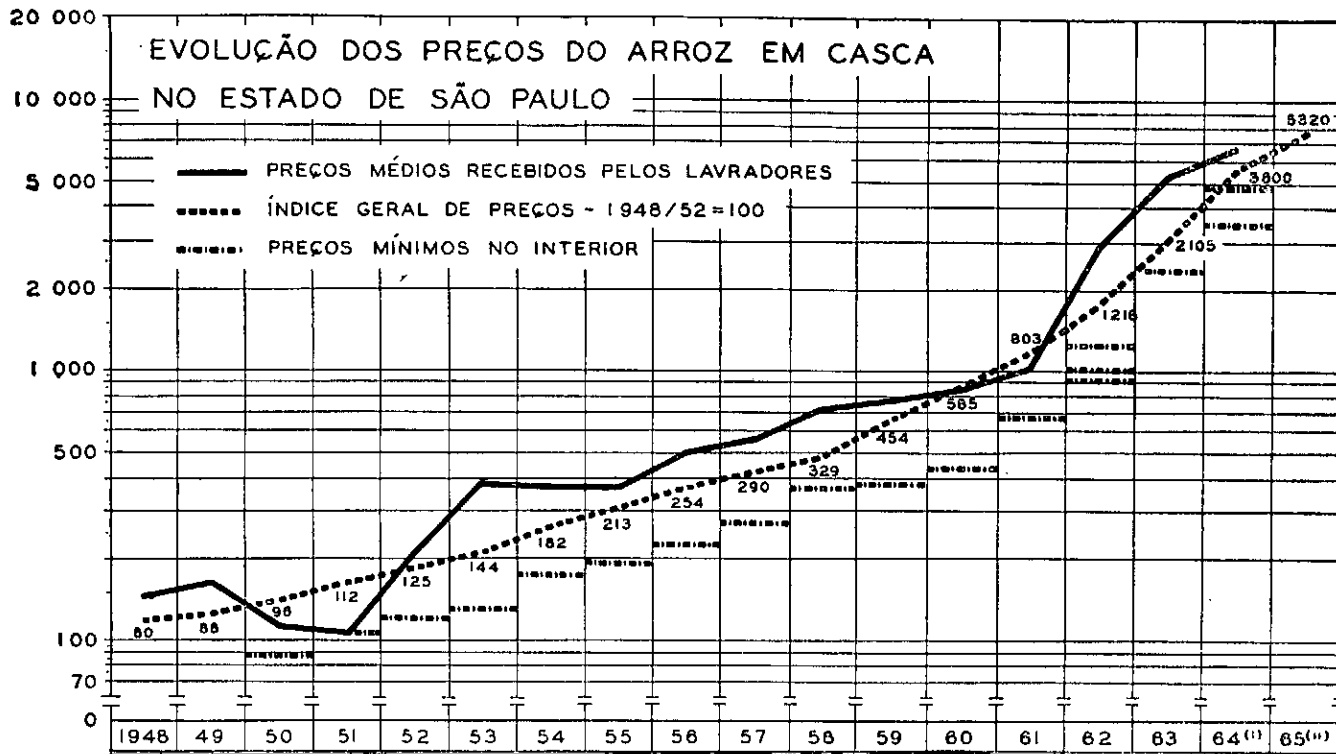
A M E N D O I M

Como já foi assinalado, esta cultura foi também sensivelmente prejudicada pelas adversidades climáticas e isto ocorreu tanto com a "safra das águas" como, em menor escala, com a "da seca".

Sendo hoje e de longe a principal fonte fornecedora de óleo

comestível para a região geoeconômica de São Paulo, torna-se da mais alta importância conseguir-se um plantio para o próximo ano, de 540.000 hectares (somando-se as duas safras). Tal área representaria um aumento de, aproximadamente, 35% sobre a média ob-

CR \$ POR SACCA DE 60 QUILOS



(1) PRELIMINAR

(11) ESTIMATIVA

ESCALA SEMI-LOGARÍTMICA

DIVISÃO DE ECONOMIA RURAL - SECRETARIA DA AGRICULTURA

tida no último quinquênio, assegurando, sob rendimentos normais, uma produção de 625 mil toneladas de amendoim em casca. Registre-se que há dois anos atrás, obteve-se produção maior, sem que isto trouxesse embaraços à sua comercialização, o que concorre em favor do nível da área acima mencionada. De resto, o contingente industrializável deste volume de produção, somado àquele do caroço de algodão, forneceria uma quantidade de óleo apenas suficiente para atender o consumo normal da região. Doutro lado, cumpre assinalar que a expansão de área proposta ajusta-se perfeitamente às possibilidades do Estado, pois há disponibilidades de terras e outros recursos e o amendoim tem-se mostrado cultura bastante atrativa aos nossos agricultores.

Adotando-se o critério geral já exposto e sem proceder a nenhuma redução, tendo em vista o pretendido acima e os elevados preços ora vigentes, encontra-se a base de Cr\$ 3 000,00 como preço mínimo de garantia para a saca de 25 quilos em casca, de amendoim da classe graúda, tipo "3", posto interior. Em São Paulo, a correspondência desse preço seria aproximadamente Cr\$ 3 850,00.

Adotando-se o critério geral já exposto e sem proceder a nenhuma redução, tendo em vista o pretendido acima e os elevados preços ora vigentes, encontra-se a base de Cr\$ 3 000,00 como preço mínimo de garantia para a saca de 25 quilos em casca, de amendoim da classe graúda, tipo "3", posto interior. Em São Paulo, a correspondência desse preço seria aproximadamente Cr\$ 3 850,00.

Amendoim em São Paulo
(Safras das águas e da seca)

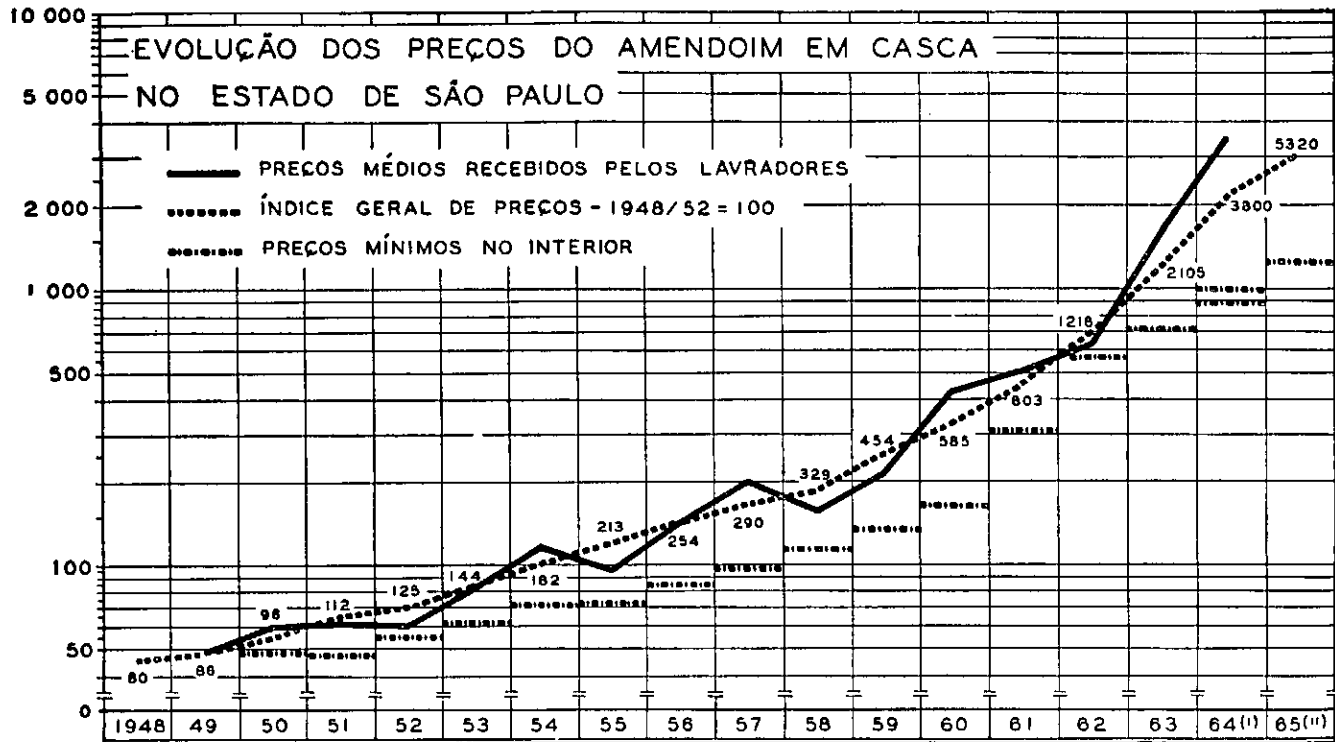
Média quinquênios e anos	Área plantada 1 000 ha	Produção 1 000 sa- cas 60 kg em casca	Rendi- mento agrícola kg/ha	Preços médios re- cebidos pelos lavradores Preços correntes Cr\$/25 kg	Índice geral de preços no Brasil ⁽¹⁾ Índices
Medias - 1948/52	152	6 352	1 059	57	100
1953/57	152	6 724	1 096	127	217
1958/62	338	16 598	1 265	395	678
Anos - 1959	248	14 540	1 466	219	385
1960	295	14 500	1 229	436	585
1961	428	18 600	1 086	519	803
1962	479	21 800	1 137	642	1 137
1963	382	19 200	1 187	1 055	1 857
1964	409	15 300	935	3 560 ⁽²⁾	6 245
					3 800 ⁽²⁾

FONTE: Divisão de Economia Rural.

(1) Baseado no Índice "2" da Fundação Getúlio Vargas.

(2) Estimativas.

CR \$ POR SACA DE 25 QUILOS



(1) PRELIMINAR

(2) ESTIMATIVA

ESCALA SEMI-LOGARÍTMICA

DIVISÃO DE ECONOMIA RURAL - SECRETARIA DA AGRICULTURA

F E I J Ã O

Computando-se as duas colheitas ("das águas e da sêca") o cultivo do feijão neste ano não parece ter sido muito afetado pelas adversidades climáticas. Em verdade, com uma área de plantio praticamente idêntica à da temporada precedente, o volume produzido foi apenas 8% menor. A safra "das águas" entretanto foi bastante atingida. De qualquer forma, o atraso com que é conduzida esta exploração em São Paulo, em

sua quase totalidade ainda sob o regime de cultura "de subsistência".

Dada a enorme importância que o produto representa no abastecimento alimentar do povo, a expansão do seu cultivo em termos razoáveis se impõe, mesmo que isto não contribua para o progresso técnico da cultura, notadamente quanto aos esforços para a passagem da fase de "subsistência" para a do cultivo "comercial".

Feijão em São Paulo

<i>Média quinquiênios e anos</i>	<i>Área plantada 1 000 ha</i>	<i>Produção 1 000 sa- cas 60 kg</i>	<i>Rendi- mento agrícola kg/ha</i>	<i>Preços médios re- cebidos pelos lavradores Preços correntes Cr\$/60 kg</i>	<i>Índice geral de preços no Brasil⁽¹⁾</i>
Médias - 1948/52	209	2 275	651	159	100
1953/57	275	2 031	448	493	310
1958/62	357	2 392	403	2 111	1 328
Anos - 1959	261	1 940	446	1 570	987
1960	448	3 260	437	1 840	1 157
1961	356	2 320	391	1 510	950
1962	358	1 940	325	5 190	3 264
1963	387	2 680	411	5 620	3 535
1964	386	2 470	384	6 250 ⁽²⁾	3 931

FONTE: Divisão de Economia Rural.

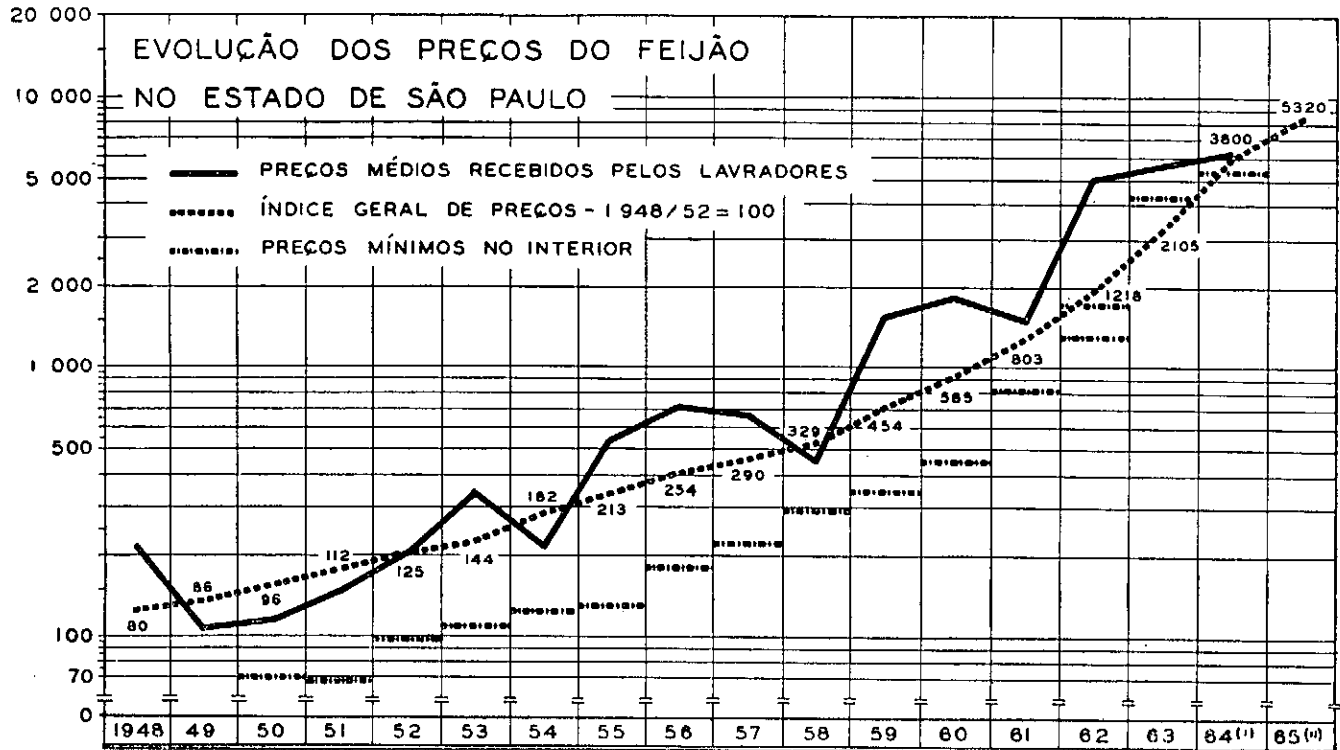
(1) Baseado no índice "2" da Fundação Getúlio Vargas.

(2) Estimativas.

Uma área de plantio de mais ou menos 415.000 hectares para as duas safras, iria de encontro aos objetivos acima apontados e se ajustará às possibilidades

de desenvolvimento que presentemente oferece esta exploração. Estaria assim previsto um aumento de 9% sobre este ano e de apenas 7% em relação à mé-

CR \$ POR SACA DE 60 QUILOS



(1) PRELIMINAR

(2) ESTIMATIVA

ESCALA SEMI-LOGARÍTMICA

DIVISÃO DE ECONOMIA RURAL - SECRETARIA DA AGRICULTURA

dia dos últimos 5 anos. Com a área acima estabelecida, será lícito esperar-se uma produção de 3 milhões de sacas, havendo um "deficit" em relação ao consumo, de aproximadamente 2 milhões de sacas, pois este gira em torno de 5 milhões. Tal "deficit" já é normalmente coberto com as importações de outros Estados, para os quais, dentre outras razões, cumpre assinalar que há variedades, como a do feijão "roxinho", de larga aceitação pelo consumidor paulista e cuja produção em seu território não apresenta interesse.

No relativo a esta cultura, portanto, a diretriz que deve presidir a política dos preços

mínimos será aquela de oferecer um certo estímulo ao seu plantio, muito embora deve ser dito que em razão das próprias condições de atraso com que é conduzido, a resposta desta exploração aos preços de garantia é pouco sensível.

A adoção do critério geral, parece capaz de possibilitar aos preços mínimos o preenchimento das funções que deles se esperam para este caso. A resultante seria o preço de Cr\$. . . . 8 400,00 para a saca de 60 quilos de feijão tipo "3", da variedade de côres, posta no interior do Estado, o que corresponde a cerca de Cr\$ 10 300,00 para o mesmo produto pôsto São Paulo.

M I L H O

Das grandes culturas de ciclo anual foi esta talvez, a mais duramente atingida pelos distúrbios climáticos e os ataques de pragas que caracterizaram o ano agrícola de 1963/64. Com isso, interrompeu-se o significativo surto de progresso que vinha atravessando esta exploração nos últimos anos, em grande parte por efeito da difusão do uso de sementes híbridas. As eventuais conseqüências desta solução de continuidade no futuro próximo, não devem ser esquecidas.

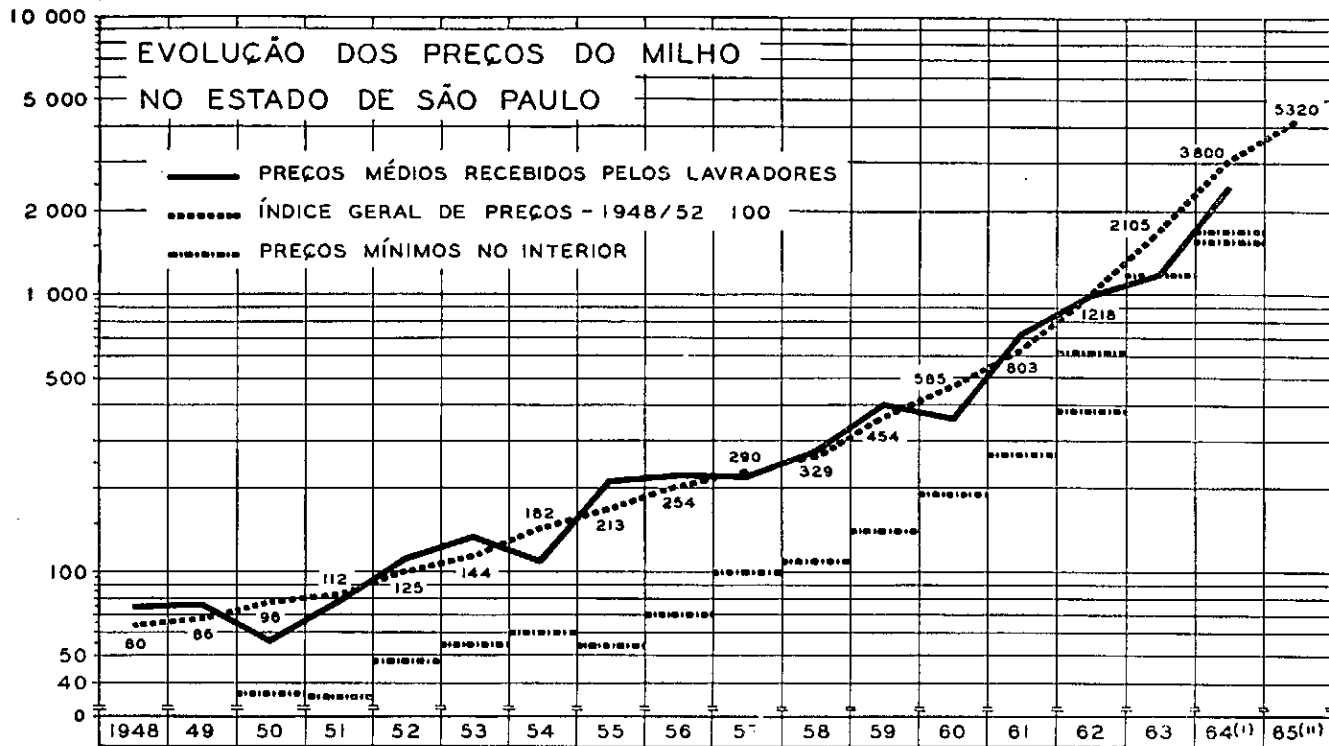
Constituindo o milho o mais importante produto-chave para o abastecimento alimentar e tendo em conta o grande incremento que se vem verificando na sua comercialização (aumento no uso de rações, crescente industrialização tanto na forma de simples transformação como na obtenção de sub-

produtos, etc.) impõe-se a adoção de decididos esforços no sentido de robustecer a economia do produto e incentivar o aumento da produção. Talvez não haja exagero em dizer-se que para atingir um nível de desenvolvimento médio, o Brasil precisa produzir 200 quilos de aço por habitante e igual quantidade de milho, o que daria cerca de 15 milhões de toneladas deste cereal ou seja, cerca do dôbro do que vimos habitualmente obtendo.

Dentro dessas diretrizes e das possibilidades atuais, haveria toda a conveniência em conseguir-se para o próximo ano, uma superfície de plantio de 1 465 000 hectares, 16% a mais que em 63/64, mas cerca de 7% menor que aquela de 2 anos passados.

Com esta área e com os rendimentos médios que vem sendo

CR \$ POR SACCA DE 60 QUILOS



(1) PRELIMINAR

(11) ESTIMATIVA

ESCALA SEMI-LOGARÍTMICA

DIVISÃO DE ECONOMIA RURAL - SECRETARIA DA AGRICULTURA

Milho em São Paulo

Média quinquênios e anos	Área plantada 1 000 ha	Produção 1 000 sa- cas 60 kg	Rendi- mento agrícola kg/ha	Preços médios re- cebidos pelos lavradores Preços correntes Cr\$/60 kg	Índice geral de preços no Brasil ⁽¹⁾ Índices	
Médias - 1948/52	804	18 047	1 353	80	100	100
1953/57	1 084	19 655	1 095	181	227	317
1958/62	1 189	28 100	1 413	552	690	678
Anos - 1959	953	22 200	1 398	408	511	454
1960	1 324	29 000	1 314	361	452	585
1961	1 186	29 400	1 487	720	902	803
1962	1 331	36 900	1 663	995	1 240	1 218
1963	1 573	44 800	1 709	1 190	1 591	2 105
1964	1 263	23 600	1 120	2 440 ⁽²⁾	3 050	3 800 ⁽²⁾

FONTE: Divisão de Economia Rural.

(1) Baseado no índice "2" da Fundação Getúlio Vargas.

(2) Estimativas.

assinalados, pôde-se esperar uma colheita de 40 milhões de sacas (2 400 000 toneladas) suficiente para o atendimento do consumo normal do Estado.

Admite-se que, para a consecução desse objetivo e no que tange aos preços mínimos, seriam exigidas as bases resultan-

tes das projeções já mencionadas, resultando o preço de Cr\$ 4 200,00 para a saca de 60 quilos de milho da classe "mole ou mista", tipo "3", pôsto no interior do Estado, equivalendo a aproximadamente a Cr\$. 5 800,00 quando pôsto em São Paulo.

M A M O N A

Tal como debalde vem sendo feito há longos anos, insistir-se-á aqui para que as autoridades responsáveis pela política de preços estendam os benefícios dessa medida à mamona. Procurando reproduzir os argumentos já cedidos apresentados nas outras oportunidades e em favor desta solicitação, pode-se arrolar: —

- a) A mamona é produto de fácil armazenagem, pres-tando-se perfeitamente às operações exigidas pela execução da garantia de preços;
- b) é lavoura eminentemen-te comercial, proporcionando renda em dinheiro aos produtores;
- c) o comércio internacional

Mamona em São Paulo

Média quinquênios e anos	Área plantada 1 000 ha em casca	Produção 1 000 sa- cas 60 kg kg/ha	Rendi- mento agrícola	Preços médios re- cebidos pelos lavradores Preços correntes Cr\$/kg	Índice geral de preços no Brasil ⁽¹⁾ Índices	
Médias - 1948/52	51	50 020	1 008	2	100	100
1953/57	34	34 790	1 014	5	201	217
1958/62	45	49 670	1 087	17	732	678
Anos - 1959	39	39 550	1 010	10	412	454
1960	34	36 050	1 068	17	725	585
1961	50	59 750	1 199	20	842	803
1962	58	67 250	1 156	33	1 400	1 218
1963	62	65 000	1 045	48	2 067	2 105
1964	63	58 500	923	80 ⁽²⁾	3 333	3 800 ⁽²⁾

FONTE: Divisão de Economia Rural.

(1) Baseado no Índice "2" da Fundação Getúlio Vargas.

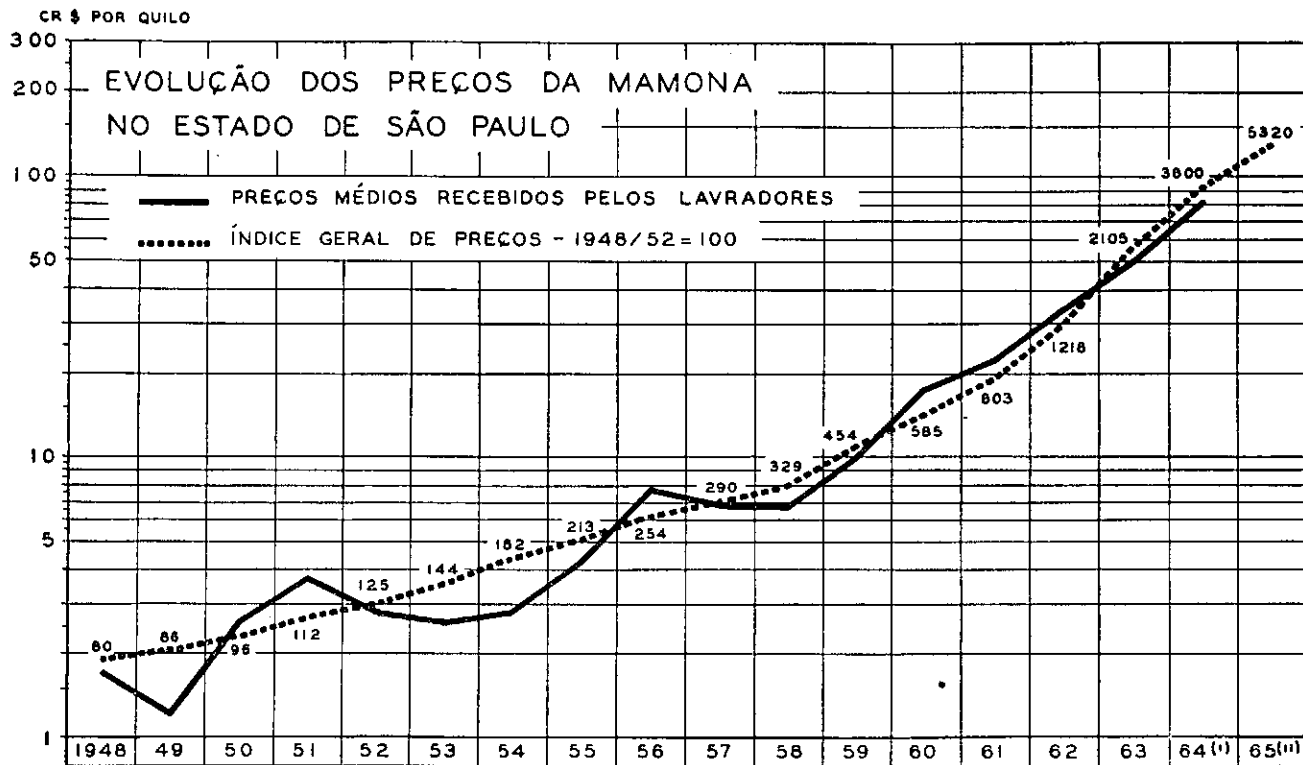
(2) Estimativas.

desta oleaginosa, embora relativamente pequeno em volume, é amplíssimo em área. Em outras palavras, contam-se em grande número os países que a importam, não havendo sob este aspecto maiores dificuldades para a sua colocação;

- d) é produto de grande importância industrial, com inumeráveis aplicações, as quais, tendem a crescer em função dos progressos tecnológicos;
- e) o Brasil disputa com a Índia o lugar de maior produtor e exportador mundial de mamona, tendo assim tradição nos mercados internacionais;
- f) é lavoura de condução re-

lativamente fácil e barata em nosso meio.

No caso em apreço, as bases de preços mínimos deverão contemplar senão um certo aumento de área, ao menos a sustentação da lavoura aos presentes níveis, amparando-a em seus limites de alcance, dos percalços decorrentes das grandes variações de preços. Doutro lado, tendo em conta as naturais dificuldades que podem surgir com a extensão pela primeira vez, de caráter experimental, propõe-se a adoção do critério geral, com um desconto de 20% sobre os níveis indicados, como margem de garantia, ou seja, um preço de Cr\$ 5 400,00 por saca de 50 quilos, ou Cr\$. . . . 6 700,00 pôsto em São Paulo.



(i) PRELIMINAR
(ii) ESTIMATIVA

ESCALA SEMI-LOGARÍTMICA
DIVISÃO DE ECONOMIA RURAL - SECRETARIA DA AGRICULTURA

M A N D I O C A

A contração verificada na área de plantio dêste ano em relação ao anterior, pode ser atribuída em sua maior parte às dificuldades de comercialização encontrada pela volumosa colheita de 1962/63. Houve também declínio no rendimento, mas pouco acentuado.

A área de plantio de mandioca em São Paulo vem acusando tendência de firme crescimento nos últimos anos, tudo indicando que a média dos últimos 3 anos isto é, aproximadamente 130 mil hectares, constitui um objetivo acertado. Cumpre registrar que êste produto, relativamente esquecido, desempenha papel importantíssimo no abastecimento alimentar e oferece amplas possibilidades de melhor aproveitamento e expansão da produção em todo o território nacional.

No que tange aos preços mínimos, a serem fixados para a

farinha de mandioca devem eles objetivar a manutenção da produção em proporções praticamente idênticas às dêste ano, em que a área de plantio foi de 170 mil hectares.

A base de Cr\$ 3 100,00 para a saca de 50 quilos da farinha, tipo "1", e posta na Capital do Estado, parece preencher o desiderato acima exposto. Tal preço resulta da extensão do critério geral com as devidas ponderações quanto ao intervalo de tempo considerado e o rendimento no fabrico. Cumpre revelar que a garantia de preços também deverá estender-se aos dois subprodutos que tradicionalmente vinham sendo beneficiados pela medida, ou sejam o amido ou fécula e a tapioca. Para êste, sugere-se que tais bases sejam fixadas guardando-se as mesmas proporções de preços anteriores.